

**HABEAS CORPUS Nº 240.300 - RJ (2012/0082093-1)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE : CLÁUDIA INEZ MARQUES - DEFENSORA PÚBLICA**  
**ADVOGADO : CLÁUDIA INEZ MARQUES - DEFENSORA PÚBLICA**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PACIENTE : LEANDRO PIERRE LEITE DE ASSIS**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de LEANDRO PIERRE LEITE DE ASSIS no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, relatora a Desembargadora Maria Sandra Kayat Direito, Apelação n. 0052712-37.2011.8.19.0014.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado, pela prática da conduta descrita no art. 12 da Lei n. 10.826/2003, à pena de 1 (um) ano e 4 (quatro) meses de reclusão, a ser cumprida inicialmente no regime semiaberto, bem assim ao pagamento de 16 (dezesesseis) dias-multa.

Contra o édito condenatório insurgiu-se a defesa.

Entretanto, os desembargadores integrantes da Quarta Câmara de Direito Criminal, por unanimidade de votos, negaram provimento ao recurso.

No Superior Tribunal de Justiça, sustenta a defesa a ilegalidade, ante a ausência de fundamentos suficientes, do acórdão que manteve o regime intermediário para o início do cumprimento da pena. Destaca que a gravidade abstrata do crime e a presença de processos em andamento não justifica a imposição do regime mais severo.

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ fl. 45).

Ouvido, o Ministério Público Federal manifestou-se pela concessão da ordem (e-STJ fls. 70/78).

É, em síntese, o relatório.

O pedido encontra-se prejudicado.

Isso porque, em consulta ao endereço eletrônico do Tribunal de Justiça, verifico que, em 25 de janeiro de 2019, o paciente foi transferido ao regime aberto, nada mais havendo, portanto, a ser apreciado nesta oportunidade.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso X, do Regimento Interno desta Casa, **julgo prejudicado o presente *habeas corpus***.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator

